



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 504/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1606/2014 – 4 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Senhoras Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária, e Ana Lúcia Brasil de Holanda, Subsecretária Municipal de Administração e Ordenadora de Despesa.

6- Unidade Técnica: Relatório Conclusivo nº27/2014-DICAD-MA, de fls. 676/707.

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº2924/2014 – MP/ELCM, fls. 712/717, da lavra da Procuradora de Contas Dr. Elizângela Lima Costa Marinho.

8- Relator: Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Exercício de 2013.

Regulares com ressalvas. Recomendação à origem.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1 - Julgar REGULARES COM RESSALVAS a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social referente ao exercício de 2013, de responsabilidade da Sra. **Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro, Secretária Municipal**, (período 01/01/2013 a 31.01.2013 e 12/08/2013 e 31.12.2013) Secretária titular da Pasta e da Sra. **Ana Lúcia Brasil de Holanda**, (período 01/02/2013 a 11/08/2013) ordenadora de despesa delegada e Subsecretária do órgão em epigrafe, nos termos do art.40, inciso II, da CE/89 e art. 1º, inciso II, art. 2º e 5º da Lei nº 2423/96(LO/TCE-AM);

9.2 - RECOMENDAR A FMAS a estrita observância dos seguintes dispositivos:

- **Observe com rigor o parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93;**



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 504/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- Organizar, controlar e manter a vigilância permanente dos gastos efetivados com combustíveis;
- Alertar que eventual descumprimento das recomendações aqui lançadas, caso adotadas pelo Plenário desta Corte de Contas, ensejará a irregularidade de prestações de contas futuras, nos termos do art.22, parágrafo 1º, da Lei nº 2.423/96 –LO.

Por maioria, com voto de desempate da Presidência em favor do voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, deixou o Colegiado de aplicar a multa sugerida pelo Relator, que retificando seu voto propôs a aplicação de multa apenas pelo atraso do ACP. Vencidos os Conselheiros Convocados Mário José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho que acompanharam o Relator.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de julho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiros Convocados Mário José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral